

Roteiro Crítico para Alcançar uma Segurança Alimentar Inclusiva e Sustentável na Ibero-América



Roteiro Crítico para Alcançar uma Segurança Alimentar Inclusiva e Sustentável na Ibero-América



Com o apoio de:



Depósito legal: M-31359-2023

Edição e design editorial: SALVO Comunicación | salvo.lat



Apresentação

O cumprimento do segundo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), “Erradicar a fome, garantir a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”, exige um esforço que ultrapassa as capacidades individuais de qualquer país. É necessária uma ação coletiva e coordenada da comunidade internacional, num esforço em que se devem empenhar as entidades públicas, as organizações da sociedade civil, as empresas e a cidadania em geral.

A Comunidade Ibero-Americana, enquanto espaço de diálogo político e institucional, multinível e multiagente, consolidado ao longo de mais de trinta anos de experiência, oferece um quadro ideal para enfrentar este desafio.

Por isso, não é de estranhar que, no encerramento da XI Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Agricultura, realizada em abril de 2022 em Santo Domingo, num contexto marcado pelos processos de recuperação pós-pandemia, pelas consequências da guerra na Ucrânia (especialmente do preço dos alimentos e fertilizantes) e pelas altas taxas de inflação, os 22 países que integram a comunidade tenham concordado em criar um grupo de trabalho de composição voluntária com o apoio da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

Este grupo trabalhou de maio de 2022 a março de 2023, consensualizando um texto que posteriormente foi adotado pelas e pelos Chefes de Estado e de Governo na Cúpula de Santo Domingo. O referido texto, *Roteiro crítico para alcançar a segurança alimentar inclusiva e sustentável na Ibero-América*, sistematiza a posição da região face a um dos desafios mais significativos no seu caminho para o desenvolvimento sustentável e propõe soluções concretas para ultrapassar a dicotomia que apresenta o facto de a nossa região ser uma das maiores potências agroalimentares do mundo, com capacidade para produzir mais do dobro da sua procura interna de alimentos, ao mesmo tempo que existem cerca de 60 milhões de pessoas que vivem com as consequências da insegurança alimentar.

O instrumento está estruturado em torno de quatro eixos que refletem as várias prioridades e particularidades que caracterizam a região.

O primeiro eixo centra-se no reforço do comércio e no desenvolvimento de cadeias de abastecimento resilientes, através do alargamento da cooperação

É necessária uma ação coletiva e coordenada da comunidade internacional.

Sul-Sul, Triangular e Norte-Sul. Inclui propostas concretas para otimizar a comercialização dos produtos agroalimentares, promove a harmonização aduaneira e a digitalização dos procedimentos, inclui medidas para aumentar a participação das mulheres nas Micro e PME e promove as práticas ancestrais como modelos de produção sustentáveis.

O segundo eixo tem por objetivo promover a consolidação da agricultura familiar, incluindo medidas destinadas a melhorar a eficiência das despesas públicas, a abrir novos mercados para os pequenos produtores e a promover a utilização ótima dos recursos disponíveis.

O terceiro eixo procura alargar o acesso ao financiamento que permita transformar os sistemas agroalimentares, tornando-os mais sustentáveis e resilientes. Para atingir este objetivo, é fundamental promover uma maior participação dos bancos multilaterais de desenvolvimento, facilitar as parcerias público-privadas e trabalhar no sentido de implementar instrumentos financeiros internacionais inovadores que permitam canalizar os recursos para os países e as zonas que deles mais necessitam.

Por último, o quarto eixo visa reforçar a infraestrutura digital rural para a inovação e a gestão do conhecimento, reduzindo a tripla fratura (rural, digital e de género) que afeta muitos dos sistemas agrícolas da região com medidas tecnológicas inovadoras.

Através destes quatro eixos, a Ibero-América dispõe agora de um caminho claro e concreto para o cumprimento do ODS 2. É, sem dúvida, um passo importante para uma Ibero-América mais justa e sustentável, mas não deixa de ser o primeiro passo. Para que as propostas e compromissos contidos neste documento sejam uma realidade com impacto positivo na vida de todos os ibero-americanos, será necessário prosseguir o trabalho e o compromisso assumido, assegurando a implementação deste *Roteiro Crítico* tanto nas políticas públicas dos 22 países que integram a comunidade quanto nas suas posições nos diferentes fóruns internacionais onde se aborda esta matéria. Nesta tarefa, poderão continuar a contar com o apoio e o empenho da Secretaria-Geral Ibero-Americana.

É, sem dúvida, um passo importante para uma Ibero-América mais justa e sustentável, mas não deixa de ser o primeiro passo.





Reafirmando o compromisso dos países ibero-americanos de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 2, “Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”.

Em conformidade com os acordos da Cúpula dos Sistemas Alimentares no sentido de trabalhar para a “transformação de sistemas agroalimentares mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis para conseguir uma melhor produção, melhor nutrição, melhor ambiente e melhor vida, sem deixar ninguém para trás”.

Em conformidade com os acordos da XI Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Agricultura —realizada em Santo Domingo nos dias de 27 e 28 de abril de 2022—, na medida em que “a rutura das cadeias agroalimentares, tanto nas suas instâncias de produção quanto de distribuição, agravada pela situação do conflito armado, tem um impacto sem precedentes nos sistemas agroalimentares, na segurança alimentar, na subnutrição e no comércio e fornecimento de alimentos e insumos para a produção, criando uma maior contração económica nos nossos países”.

Reconhecendo que os países da Ibero-América, em particular os da região da América Latina e do Caribe, foram os mais afetados pela pandemia da COVID-19, com efeitos diretos nas suas economias, sistemas agroalimentares e segurança alimentar. Desde 2020 que as cadeias de abastecimento do setor agrícola sofrem perturbações significativas de várias formas e através dos diferentes elos das cadeias agroalimentares.

Considerando o apelo dos ministros das relações exteriores ibero-americanos na I Reunião de Ministras e Ministros das Relações Exteriores —realizada em novembro 2021—, feito aos Estados e organizações internacionais, reiterado na XI Conferência Ibero-Americana de Agricultura —abril de 2022—, para que revejam sem demora e se abstenham de adotar e implementar medidas económicas, comerciais e financeiras unilaterais, contrárias ao direito internacional, que possam dificultar a capacidade dos Estados de garantir a segurança e a soberania alimentar dos seus povos e assegurar a proteção efetiva e inclusiva das suas populações.

Conscientes do aumento da fome na região da América Latina e do Caribe, nos últimos sete anos, agravado no contexto da pandemia da COVID-19, que entre 2019 e 2021 aumentou de 13,2 milhões de pessoas para 56,5 milhões.

Considerando que os estudos efetuados pelos organismos internacionais —incluindo a FAO e o Banco Mundial— indicam que cerca de 80 % das pessoas extremamente pobres vivem em zonas rurais e que a sua maioria depende da atividade agropecuária para subsistir, os esforços para reduzir a pobreza devem dar prioridade ao aumento da produção agropecuária sustentável.

Conscientes do aumento da fome na região da América Latina e do Caribe, nos últimos sete anos.

Tendo em consideração que os efeitos da pandemia estão a afetar de forma desproporcionada a capacidade de produção, a geração de rendimentos e as oportunidades das populações indígenas, dos afrodescendentes e dos jovens, especialmente dos que vivem em áreas rurais.

Uma particular atenção merecem as mulheres rurais, historicamente excluídas e que, em resultado da pandemia, estão a sofrer uma maior redução das oportunidades económicas e do acesso a alimentos nutritivos, bem como um aumento dos trabalhos de prestação de cuidados.

Tendo em conta que os países em vias de desenvolvimento, com o apoio dos países desenvolvidos, devem aumentar de forma significativa a inovação agropecuária e a utilização de tecnologias por parte dos produtores e produtoras agropecuários para satisfazer a procura crescente de alimentos mais seguros e de melhor qualidade, fazer face aos efeitos adversos das mudanças climáticas e contribuir para a eliminação da pobreza. E reconhecendo a importância de continuar a aprofundar a cooperação Norte-Sul, bem como a cooperação Sul-Sul e Triangular.

Conscientes de que as mudanças climáticas afetam a produção agrícola e, de forma direta, os meios de subsistência e a segurança alimentar das pessoas. Produzir mais e melhor, com menor impacto nos recursos naturais, com base numa maior cooperação e mobilização de recursos, transferência de tecnologias e criação de capacidades nos países em desenvolvimento é a chave para o futuro da Ibero-América.

Entendemos que é necessário otimizar o aproveitamento dos recursos naturais e a preservação do ambiente, prevenindo as perdas pós-colheita, evitando o desperdício alimentar e promovendo a economia circular através da reciclagem de materiais da agricultura. Para o efeito, é imprescindível conceber estratégias orientadas para a criação de sistemas de inovação apoiadas em novas tecnologias e no acesso aos mesmos, incluindo tecnologias para a utilização eficiente da água na produção agroalimentar.

Reconhecemos que o comércio ibero-americano é relativamente pequeno em comparação com outras regiões do mundo, representando apenas 18 % da atividade exportadora dos países da região (CEPAL, 2019). E que um comércio aberto, não discriminatório, transparente e baseado em regras, é essencial para criar sistemas alimentares mais inclusivos, produtivos e resilientes.

Convencidos de que a consolidação de sistemas agroalimentares inclusivos e sustentáveis, a promoção do setor agrícola, em especial da agricultura familiar, e a segurança e soberania alimentares são estratégicos para consolidar a cooperação e avançar no desenvolvimento sustentável dos países da Ibero-América.

**Uma particular
atenção merecem
as mulheres rurais,
historicamente
excluídas**

Salientado que, de acordo com a FAO, na América Latina e no Caribe, a agricultura familiar representa cerca de 81 % das unidades de produção agrícola, o que equivale a 16,5 milhões de explorações, e fornece entre 27 % e 67 % da produção total de alimentos nos diferentes países, isto para além de criar entre 57 % e 77 % do emprego agrícola. Apesar da sua importância, a agricultura familiar continua a enfrentar grandes desafios para desempenhar o seu papel de contribuir para a segurança alimentar e nutricional. Grande parte dos agricultores familiares tem um acesso limitado a ativos como a terra e a água, bem como aos mercados, fatores de produção e serviços financeiros e não financeiros. Por isso, o apoio das instituições públicas aos coletivos prioritários pode ser oportuno como instrumento de alavancagem que favoreça o acesso ao crédito.

Tendo em conta que na América Latina e no Caribe 16 países da região têm algum tipo de definição de agricultura familiar, sete países têm leis para a agricultura familiar e dez países têm políticas, estratégias e/ou programas de agricultura familiar. Além disso, regista-se que pelo menos 12 países da região têm iniciativas de compras públicas relacionadas com esta matéria.

Na América Latina e no Caribe, a agricultura familiar representa cerca de 81 % das unidades de produção agrícola.



Reconhecendo as ações e recomendações do Encontro de Agricultura Familiar de 2022 —realizado em Santo Domingo, com representantes dos países do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e de organizações sociais de agricultura familiar da região latino-americana—, onde se identificaram os progressos e desafios que persistem e que devem ser enfrentados para que as políticas voltadas para a agricultura familiar sejam ainda mais eficazes, eficientes e relevantes.

Conscientes de que as inovações institucionais, sociais, tecnológicas e que protegem o ambiente são uma necessidade urgente para a conquista da segurança e soberania alimentares e da educação nutricional nos países da Ibero-América. E que a obtenção de dados fiáveis e comparáveis é necessária e imprescindível para a tomada de decisões sólidas, eficazes e em consonância com as políticas públicas de cada país. A produção alimentar permite criar empregos, promover o enraizamento rural e garantir a prestação de serviços ecossistêmicos, tendo simultaneamente em conta as características próprias de cada território.

Convencidos de que a transformação digital da agricultura e a recolha de dados de qualidade são urgentes para melhorar os sistemas agroalimentares, fomentar a inovação produtiva, reduzir custos, facilitar o acesso aos mercados e contribuir para o desenvolvimento de novos modelos de negócio; e que a pesquisa, o intercâmbio de tecnologias, a inovação agropecuária, a gestão do conhecimento e a cooperação Sul-Sul e Triangular, como prioridade da Ibero-América e como complemento da cooperação Norte-Sul, são fundamentais para aumentar a produtividade e a competitividade e para avançar em práticas de produção sustentáveis e respeitadoras do ambiente.

Dando cumprimento aos mandatos da reunião das ministras e ministros da Agricultura e das e dos chefes de delegação, reunidos na XI Conferência Ibero-Americana, realizada em Santo Domingo, nos dias 27 e 28 de abril de 2022, em particular ao ponto 20, relativo à “criação de um grupo de trabalho *ad hoc* de países, de composição voluntária, com o apoio da FAO, FIDA, IICA e SEGIB, para definir mecanismos e promover ações concretas para enfrentar desafios urgentes”, que permitam a cooperação nas áreas estabelecidas na Conferência e cujas recomendações serão aprovadas na Cúpula Ibero-Americana, que terá lugar Santo Domingo, a 25 de março de 2023.

A transformação digital da agricultura e a recolha de dados de qualidade são urgentes para melhorar os sistemas agroalimentares.

As e os chefes de Estado e de Governo da Ibero-América acordam em adotar o seguinte Roteiro Crítico de ações urgentes a desenvolver, tendo em conta as particularidades e prioridades nacionais:





A.

Fortalecer o comércio e o desenvolvimento das cadeias de abastecimento resilientes

1. Aprofundar a colaboração multilateral e expandir o acesso a soluções práticas para os desafios comuns com que a região se depara, alargando a Cooperação Sul-Sul, Triangular e Norte-Sul, e reforçando as capacidades para melhorar a gestão dos aspetos sanitários e fitossanitários relacionados com o comércio de alimentos na Ibero-América.
2. Melhorar de forma contínua os sistemas nacionais e ibero-americanos de saúde, segurança e qualidade agroalimentar, como aspetos determinantes para a comercialização de produtos agroalimentares, tanto nos mercados nacionais quanto nos de exportação, incluindo nas ações todas as etapas de produção, desde a agricultura familiar até à agricultura consolidada.
3. Acelerar os trabalhos em matéria de harmonização aduaneira e de digitalização dos procedimentos entre os países da Ibero-América.
4. Aumentar de forma significativa a presença das mulheres nos mercados, reforçando a participação das micro e PME lideradas por mulheres nos programas nacionais de compras públicas, incluindo os destinados à alimentação escolar; e abrir fundos público-privados específicos para apoiar a criação de um ecossistema de inovação (*start-ups*) no meio rural.
5. Adotar práticas ancestrais e o uso de sementes nativas para a consolidação e expansão de modelos de produção agropecuária sustentáveis e resilientes às mudanças climáticas.



B.

Consolidar a agricultura familiar (AF)

6. Fortalecer os sistemas nacionais e ibero-americanos de pesquisa agropecuária para melhorar a eficácia da despesa pública e conseguir cadeias de valor agrícolas mais inclusivas, em coordenação com as organizações de produtores e os agentes públicos e privados da cadeia de valor agropecuária.

7. Consolidar e alargar o acesso dos produtores e produtoras da agricultura familiar aos mercados de compras públicas e privadas; apoiar a venda direta dos produtores familiares aos consumidores e reforçar os circuitos curtos/próximos de comercialização, para fortalecer suas economias.

8. Conceber a criação de parcerias público-privadas de canais de comercialização direta, nos quais os produtores da agricultura familiar rural possam colocar os seus variados produtos.

9. Apoiar a agricultura familiar da Ibero-América através do fortalecimento das estruturas institucionais, dos quadros regulamentares e dos sistemas de registo dos produtores familiares, como instrumentos essenciais para garantir o acesso aos mercados de compras públicas e privadas de pessoas, cooperativas e organizações comunitárias dedicadas à produção familiar. Alargar a cooperação Sul-Sul, Triangular e Norte-Sul entre os agentes da agricultura familiar.

10. Estimular a agricultura familiar através de mecanismos de apoio financeiro, de esquemas de seguros e do desenvolvimento de capacidades empresariais.

11. Gerar evidências e dados de qualidade, relevantes e acessíveis, para a agricultura familiar, que permitam uma melhor tomada de decisões, tanto por parte das autoridades nessa matéria quanto por parte dos produtores e dos restantes agentes envolvidos. Fortalecer os espaços sub-regionais de diálogo político com as organizações de agricultura familiar, permitindo qualificar e acompanhar as políticas públicas.

12. Promover políticas e práticas para otimizar o uso de fertilizantes na agricultura familiar, bem como estimular a produção e o acesso a fertilizantes alternativos, tais como os orgânicos e os bioinsumos, valorizando também os conhecimentos ancestrais sobre fertilização e adubação dos solos.

13. Promover o uso eficiente da água na agricultura, como um meio para garantir a segurança alimentar, através de investimentos inovadores e digitais que favoreçam a otimização do consumo da água e a utilização, por exemplo, de fontes de água não convencionais na produção de alimentos e a redução da pegada hídrica.

14. Apoiar as agendas, ações e programas implementados no âmbito da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019-2028).



C.

Alargar e incentivar o acesso ao financiamento para a transformação dos sistemas agroalimentares

15. Reforçar o papel catalisador da banca de desenvolvimento nacional, a mobilização de recursos públicos, multilaterais e privados, e a criação de instrumentos financeiros inovadores, capazes, consoante o caso, de acelerar as mudanças para sistemas agroalimentares inclusivos e sustentáveis.

16. Promover um acesso ágil e atempado ao financiamento através de fórmulas de parceria público-privada, com a participação das administrações públicas como entidades de aval ou de garantia de operações financeiras locais para grupos prioritários, tais como as mulheres e os jovens do setor rural.

17. Promover a análise de possíveis capitalizações dos bancos multilaterais de desenvolvimento da América Latina e do Caribe e a atribuição de recursos adicionais para financiar, em condições favoráveis, projetos em áreas de desenvolvimento sustentável, tais como infraestruturas produtivas agrícolas e sociais ou saúde e água potável para os países da região, prestando uma especial atenção às populações em situação de vulnerabilidade.

18. Melhorar a implementação de instrumentos inclusivos de políticas públicas, dependendo do caso, que incentivem e facilitem uma maior participação da banca e de investidores privados no financiamento do setor agropecuário.

19. Defender a necessidade de aumentar de forma significativa o acesso ao financiamento climático (GCF, GEF), dando prioridade aos países em desenvolvimento da Ibero-América, para apoiar ações práticas e específicas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas nos sistemas alimentares e a sua transformação em sistemas de baixas emissões e resilientes às mudanças climáticas, em conformidade com o Acordo de Paris. Impulsionar a transformação e o fortalecimento do financiamento climático para assegurar a coerência dos fluxos financeiros com o desenvolvimento do setor agroalimentar com baixas emissões e resiliente às mudanças climáticas, em conformidade com o Acordo de Paris, e exortar ao cumprimento do compromisso assumido pelos países desenvolvidos na declaração adotada na XI Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras do Ambiente e das Mudanças Climáticas —realizada no dia 18 de julho de 2022 em Santo Domingo— de mobilizar, através de fontes públicas, mistas e privadas, 100 000 milhões de dólares anuais até 2025 para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.



D.

Reforçar as infraestruturas digitais rurais para a inovação e a gestão do conhecimento

20. Promover códigos de boas práticas para as estatísticas agropecuárias e reforçar ou criar operações estatísticas que permitam a obtenção de dados com exatidão, atualidade, pontualidade, acessibilidade, clareza, comparabilidade e coerência.

21. Promover a conceção de medidas tecnológicas e inovadoras que tenham em conta os interesses e as necessidades de todas as pessoas utilizadoras, em particular das mulheres, meninas e jovens do meio rural, reduzindo assim a tripla disparidade existente —digital, rural geracional e de género—.

22. Aumentar o investimento público-privado em infraestruturas digitais e no acesso à banda larga nas zonas rurais, alargando assim o acesso a plataformas digitais para a inovação dos sistemas agrícolas, o acesso ao comércio e a gestão do conhecimento nas zonas rurais dos países ibero-americanos, especialmente nos países em desenvolvimento.

23. Apoiar a criação e a entrada em funcionamento do Centro de Gestão do Conhecimento Aplicado e da Inovação em Sistemas Agroalimentares Carlos Aquino González, promovido pela República Dominicana com o apoio do IICA, no quadro da Secretaria Pro-Tempore da Conferência Ibero-Americana. Solicitar à FAO que colabore estreitamente com os centros de pesquisa da Ibero-América adstritos ao Consórcio de Centros de Pesquisa Agrícola (CGIAR) e com os centros académicos de pesquisa do setor, para fomentar o intercâmbio de tecnologias de inovação agropecuária e promover planos conjuntos de pesquisa, dando uma especial ênfase à genética aplicada à produtividade.

